

REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

(Do Sr. Coronel Tadeu)

Requer a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão competente, para debater os impactos do modelo de *wet leasing* adotado por empresas aéreas brasileiras, com foco nas implicações para a segurança operacional, os direitos dos consumidores e os efeitos sobre os trabalhadores da aviação civil, à luz dos recentes incidentes envolvendo voo da Azul Linhas Aéreas entre Recife (REC) e Madrid (MAD), operado com aeronave e tripulação estrangeiras.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Exa., ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de audiência pública com o objetivo de discutir os impactos do modelo de *wet leasing* adotado por empresas aéreas brasileiras, à luz dos eventos recentes envolvendo o voo da Azul Linhas Aéreas entre Recife (REC) e Madrid (MAD), operado com aeronave e tripulação estrangeiras, que apresentou falhas técnicas em sequência.

Para tanto, sugiro que sejam convidados:

1. Representante da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC
2. Representante da Azul Linhas Aéreas Brasileiras
3. Representante do Sindicato Nacional dos Aeronautas – SNA
4. Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública (SENACON)
5. Representante do Ministério do Trabalho e Emprego

JUSTIFICATIVA

Nos últimos meses, têm sido recorrentes os relatos de falhas técnicas e atrasos envolvendo voos internacionais operados sob o regime de *wet leasing*,



como no caso do voo Recife–Madrid da Azul Linhas Aéreas. O modelo, que permite que empresas brasileiras aluguem aeronaves com tripulação estrangeira, suscita sérias preocupações quanto à fiscalização da segurança operacional, à transparência das responsabilidades perante o consumidor e à preservação dos empregos dos aeronautas brasileiros.

O *wet leasing* internacional demanda acompanhamento rigoroso, sobretudo quando empregado de forma recorrente e com impacto direto na malha aérea regular. O caso do voo REC–MAD é emblemático, pois registrou problemas técnicos em dois dias consecutivos, além de ter sido operado por tripulação estrangeira sem proficiência em língua portuguesa, o que compromete os padrões de comunicação exigidos no Brasil.

A audiência pública proposta visa reunir representantes da ANAC, da empresa envolvida, do setor de trabalhadores e especialistas técnicos, para analisar os limites regulatórios do modelo, os riscos à segurança, o cumprimento da legislação nacional e os impactos sobre os trabalhadores da aviação civil no Brasil.

O debate é oportuno e necessário para subsidiar esta Comissão na eventual proposição de normas que assegurem um equilíbrio entre a modernização da aviação e a garantia de direitos fundamentais dos usuários e trabalhadores.

Sala da Comissão, em 23 de junho de 2025.

CORONEL TADEU
Deputado Federal

